



a Voz do Operário

INFORMAÇÃO com CLASSE

Fundado em 11 de outubro de 1879 pelos operários manipuladores do tabaco
ANO 142 NÚMERO 3092 MENSÁRIO PREÇO €0,50 PORTE PAGO CABO RUIVO - TAXA PAGA
JULHO 2021 DIRETOR DOMINGOS LOBO JORNAL REGIONAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA



TURISMO

Sol e praia não salvam economia

Perante o brutal impacto que a pandemia teve no turismo em Portugal, parecem tornar-se cada vez mais evidentes as consequências nefastas provocadas pela grande dependência que a economia nacional tem face a este setor

de atividade. As forças políticas, que se revezaram à frente dos sucessivos governos, não parecem disponíveis para debater um modelo económico sustentado num aparelho produtivo menos volátil e mais qualificado. **págs. 6 e 7**



Jornada de luta da CGTP-IN

A central sindical convocou uma ação de luta nacional e inter-sectorial, que decorrerá até ao próximo dia 15 de julho, com vista a intensificar a ação reivindicativa e a luta nas empresas, locais de trabalho e serviços, sob o lema "Pelo aumento geral dos salários! Pelo emprego com direitos! Pela revogação das normas gravosas da legislação laboral!". **pág. 12**



América Latina em ebulição

Depois do recuo de forças progressistas, num breve ciclo neoliberal, os povos do continente enfrentam as políticas de direita, estimuladas pelos Estados Unidos e pela União Europeia. Os protestos espalharam-se como pólvora: do Chile à Colômbia e do Equador à Bolívia, o Peru foi um dos países que se somou à rebeldia popular. **pág. 14**



ENTREVISTA Frei Chico

José Ferreira da Silva é conhecido como Frei Chico. Cresceu numa família pobre do interior de Pernambuco e resistiu ao fascismo enquanto operário metalúrgico em São Paulo. Foi preso e torturado durante a ditadura e convenceu o irmão Lula da Silva a envolver-se na atividade sindical. **págs. 8 e 9**



A VOZ DO OPERÁRIO Acantonamentos: lugares de autonomia

Os acampamentos de verão estão mesmo aí e a equipa pedagógica do espaço educativo da Graça fala da importância destes momentos para o projeto educativo. **págs. 4 e 5**



Saúde Mental juvenil

A COVID-19 tem representado um enorme desafio para todos, sendo a comunidade estudantil globalmente identificada como um dos grupos em maior risco do ponto de vista da saúde psicológica, sendo por isso necessário considerar medidas de resposta alargada da saúde psicológica entre a população estudantil. **pág. 16**

Paz Sim! NATO Não!

Manuel Figueiredo,
Presidente da Direção

Realizou-se há dias em Bruxelas a cimeira da NATO, a qual protagonizou um novo passo na perigosa estratégia que visa reforçar este bloco político-militar belicista como um instrumento de ingerência e agressão ao nível mundial, para a imposição do domínio hegemónico dos EUA e de outras potências imperialistas, sobre os povos do mundo.

A cimeira foi alvo da mais ampla condenação de todos os amantes da Paz, designadamente pelas organizações internacionais membros do Conselho Mundial da Paz, tendo em Portugal ocorrido manifestações de repúdio em Lisboa e no Porto, sob o lema “Paz Sim! NATO Não!” encabeçadas pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação e pela CGTP-IN, contando ainda com a participação e apoio de muitas outras organizações.

Longe de ser um factor de estabilidade e segurança, a NATO tem sido, desde a sua criação a principal ferramenta militar agressiva do imperialismo, constituindo-se como a maior e mais perigosa organização militar do mundo, sendo responsável por décadas de guerras e agressões, designadamente na Jugoslávia, no Afeganistão e na Líbia, com um imenso legado de morte, sofrimento e destruição, por milhões de desalojados e de refugiados, em violação sistemática da Carta das Nações Unidas e do Direito Internacional, que a NATO pretende dismantlar e substituir, de forma cada vez mais explícita, por uma denominada era baseada em regras definidas de forma unilateral pelos EUA e outras potências capitalistas.

Recorde-se que, ao contrário dos princípios democráticos apregoados, desde a sua formação em 1949, que a NATO incluiu Portugal, ficando assim patente a sua natureza ao integrar a ditadura fascista de Salazar como um dos seus membros fundadores, como o comprovam o seu historial de apoio ao fascismo e a golpes de Estado, hoje patente na Ucrânia onde, com o apoio da NATO, assumidos herdeiros e admiradores dos crimes do nazi-fascismo desempenham um papel instrumental na estrutura de poder.

Constituindo a mais séria ameaça à paz e à segurança, os EUA/NATO detêm a esmagadora maioria das bases e instalações militares em território estrangeiro existentes no mundo, incorpora a doutri-

na nuclear, que permite um primeiro ataque nuclear dito preventivo, inclusivamente contra Estados que não possuam este tipo de armamento.

Com a denominada ‘Agenda NATO 2030’, acentua-se o objetivo da confrontação com a China e a Rússia, procurando cercar e isolar estes países e condicionar o seu desenvolvimento económico e social, numa estratégia alimentada pelos sectores mais belicistas e reacionários das potências imperialistas, incapazes de aceitar as novas realidades económicas e políticas no plano mundial, numa espiral de aumento das tensões e do risco de guerra.

A NATO e os seus países membros continuam a aumentar os gastos militares, que atingem agora novos máximos e a promover a criação de novos e mais sofisticados armamentos, incluindo armas nucleares, num momento em que o planeta se vê confrontado com a pandemia da Covid-19, recursos esses que deveriam ser canalizados para investimentos na saúde, incluindo a vacinação, bem como para a melhoria das condições de vida e do desenvolvimento harmonioso da humanidade.

Portugal deve estar do lado da paz e do desarmamento, rejeitando o militarismo, a corrida aos armamentos, a guerra, incluindo a participação de forças portuguesas na agressão contra outros povos, cumprindo o estipulado na Constituição da República Portuguesa, que assinala este ano os 45 anos da sua aprovação e promulgação, que no seu artigo 7º estabelece:

“1. Portugal rege-se nas relações internacionais pelos princípios da independência nacional, do respeito dos direitos do homem, dos direitos dos povos, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e da cooperação com todos os outros povos para a emancipação e o progresso da humanidade.

2. Portugal preconiza a abolição do imperialismo, do colonialismo e de quaisquer outras formas de agressão, domínio e exploração nas relações entre os povos, bem como o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança coletiva, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos.”

EDITORIAL

Mudar de vida

O verão é, para muitos, sinónimo de férias. Nos últimos anos, os diferentes governos apostaram no turismo como principal fonte de receita do país. Apesar dos alertas, PS, PSD e CDS-PP não se preocuparam com a volatilidade de um setor que pode sofrer fortes quebras perante factores como a violência, catástrofes naturais ou pandemias. Foi o que aconteceu com o novo coronavírus. Em face de uma oportunidade para debatermos que modelo económico queremos, os suspeitos do costume entendem que a estratégia a seguir deve ser a mesma. O problema não é o turismo, é o tipo de turismo mas, sobretudo, o peso relativo que tem na economia nacional. Precisamos de um modelo que tenha a indústria como motor da economia, que aposte em trabalho qualificado, estável e bem pago, que gere valor e que garanta a soberania produtiva. A União Europeia destinou aos países do sul o comércio, serviços, construção e turismo e ao norte a indústria especializada. Esta geografia é fruto de décadas de dismantelamento dos aparelhos produtivos de países como Portugal, Espanha e Grécia.

Se a pandemia não é suficiente para obrigar quem nos governa a mudar de rumo, a luta é o caminho para resgatar um país em que caibamos todos e não apenas alguns.

“No más pobres en un país de ricos” foi o lema de campanha de Pedro Castillo, vendedor das eleições presidenciais no Peru, cujo resultado a direita se recusa a reconhecer.

Da Colômbia ao Chile, os povos levantam-se para rejeitar as políticas neoliberais. Apesar da pandemia, o número de assassinados é tal que nas principais cidades colombianas preferem morrer a protestar nas ruas que numa cama de hospital.

No Brasil, com Lula muito à frente nas sondagens, Jair Bolsonaro é apontado como responsável por mais de meio milhão de mortes. Uma verdadeira hecatombe que poderia ter sido evitada sem as opções negacionistas do presidente de extrema-direita.

a Voz do Operário

PROPRIEDADE E EDIÇÃO SIB A Voz do Operário
 Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
 Telefone: 218 862 155. E-mail: jornal@vozoperario.pt
DIRETOR Domingos Lobo
REDAÇÃO PRINCIPAL Bruno Amaral de Carvalho
DESIGN E PAGINAÇÃO Ana Ambrósio, Diogo Jorge
FOTOGRAFIA Nuno Agostinho
COLABORADORES Ana Sofia, André Levy, Carlos Moura, Domingos Lobo, Eugénio Rosa, Luís Caixeiro, Luís Carvalho, Manuel Figueiredo, Margarida Brissos, Maurício Miguel, Rego Mendes, Rita Morais
REDAÇÃO Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
IMPRESSÃO Empresa Gráfica Funchalense, SA
 Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição,
 n.º 50 – Morelena, 2715 – 029 Pêro Pinheiro
N.º DE REGISTO NA ERC 107759
DEPÓSITO LEGAL 6394/84
PERIODICIDADE Mensal
TIRAGEM 3.500 exemplares
ESTATUTO EDITORIAL www.vozoperario.pt



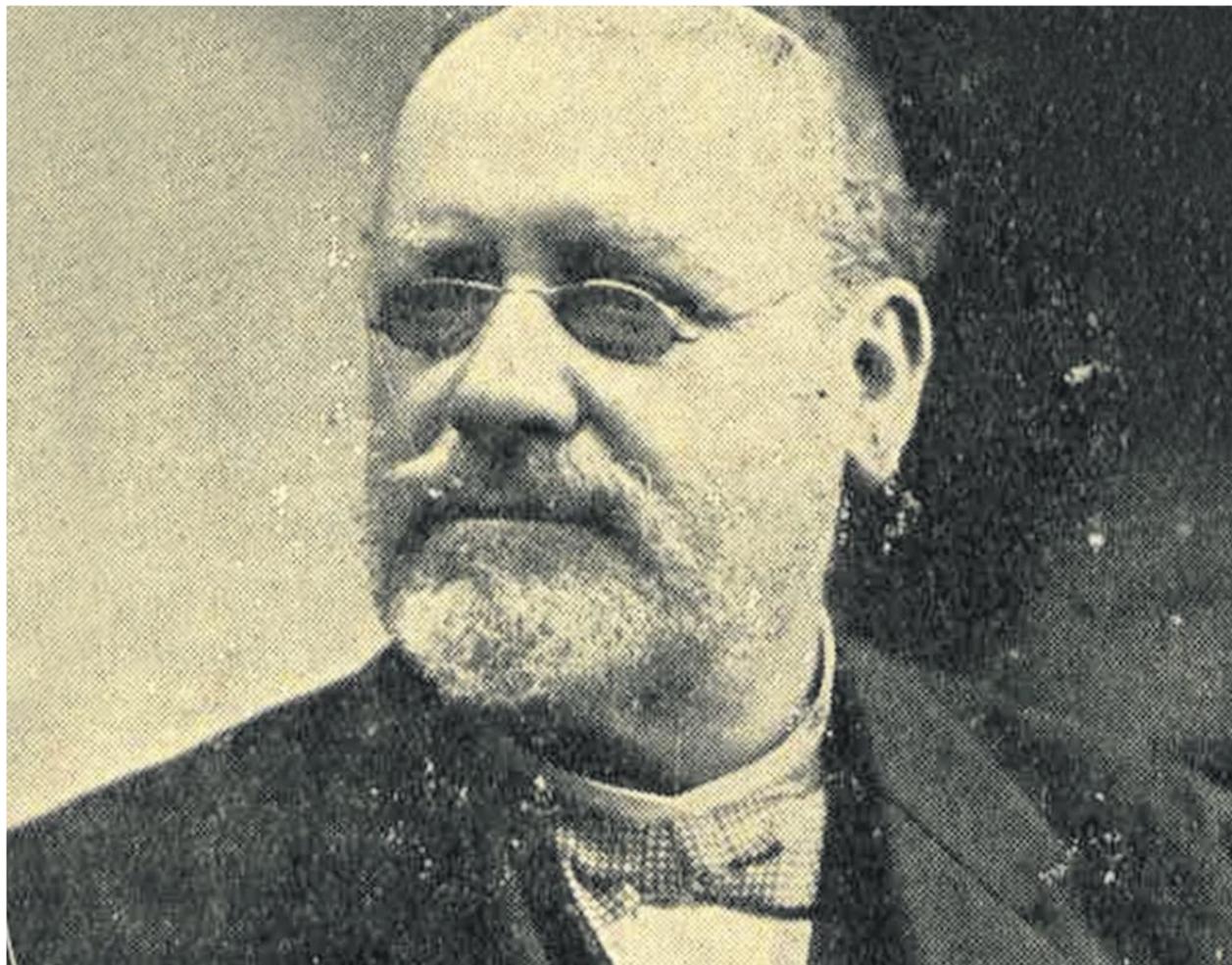
Membro da
Associação da
Imprensa
Não-Diária

a;nd

Associação
Portuguesa
da Imprensa
Regional

**ASSOCIAÇÃO
PORTUGUESA
DE IMPRENSA**

Gneco: um correspondente de Engels nos primórdios de A Voz do Operário



Azedo Gneco [Almanaque Socialista para 1931].

Luís Carvalho, investigador

A Voz do Operário está especialmente ligada à difusão do marxismo em Portugal, desde o século XIX. Logo na sua primeira década de existência, publicou uma parte de *Miséria da Filosofia* de Marx (com tradução de Heliodoro Salgado) e o *Manifesto do Partido Comunista* de Marx e Engels (traduzido por José Nobre França).

Passaram agora, no dia 29 de Junho, 110 anos que faleceu um dos raros correspondentes de Engels em Portugal. Seu nome era Eudócio César Azedo Gneco.

Pois ele não só colaborou ocasionalmente neste jornal, nos anos 1880 e 1890, como esteve entre os sócios fundadores da sociedade *A Voz do Operário*. Participou aliás no debate de ideias que definiu os seus primeiros estatutos, bem como na assembleia geral que elegeram os primeiros corpos sociais, em 1883. Ele próprio foi nessa altura eleito para uma comissão de propaganda de *A Voz do Operário*, por proposta de Custódio Braz Pacheco [*A Voz do Operário*, 11/03/1883, p.3].

Sindicalismo

Azedo Gneco nasceu em 1849, em Samora Correia. Segundo o seu biógrafo César Nogueira, ele era um jovem membro da Maçonaria quando, sob o impacto

da Comuna de Paris, se envolveu nas lutas operárias. Filiou-se na Primeira Internacional e salientou-se no primeiro embrião de central sindical em Portugal, a “Associação de Resistência Fraternidade Operária”, fundada em 1872. Foi depois um dinamizador de novas estruturas confederativas sindicais, como a “Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa”, criada em 1873, e a “Confederação Nacional das Associações de Classe”, em 1894 [César Nogueira (1934), *Esboço biográfico de Azedo Gneco*, pp. 8/10].

Gneco é usualmente mais referido como “líder histórico” do antigo Partido Socialista Português, do qual foi um dos principais fundadores, em 1875. Mas aqui mesmo, na *A Voz do Operário*, ele expressou de forma clara que a sua prioridade seria o trabalho sindical. Afirmou ele que “*todos os esforços para a organização da classe trabalhadora são louváveis e meritórios; mas, quanto a nós, os mais subidos serão aqueles que juntarem os operários em associações de classe, federadas nacionalmente, e confederadas umas com as outras*” [*V.O.*, 15/04/1883, p.3].

“Associação de classe” era a expressão que na altura se usava em Portugal para designar sindicato, e que ficaria consagrada na primeira lei sindical, em 1891.

No mesmo artigo, Gneco sublinhou a importância da fraternidade que deve existir entre trabalhadores de diferentes sectores, apelando à “*compreensão de que de que será da liga dos esforços de todas as classes operárias que sairá a força de cada uma*” [ibidem].

Bento Gonçalves

Bento Gonçalves era de outra geração. Já nasceu no século XX. Tinha 9 anos quando Gneco faleceu. E era muito crítico do velho Partido Socialista Português, a seu ver demasiado reformista. Mas, ao referir-se à história do movimento operário em Portugal no século XIX, destacou que Gneco “*foi, a partir de certa altura, a figura mais saliente, o socialista mais capacitado, o que mais se aproximava das ideias de Marx, postas em marcha através dos princípios da Primeira Internacional*”. E apontou ainda “*a perseverança deste militante, o seu entusiasmo, a sua experiência*” [Bento Gonçalves (1974), *Palavras Necessárias*, p. 14].

A “aproximação” de Gneco às ideias de Marx não ficou apenas dentro das fronteiras de Portugal: ele foi delegado ao congresso de 1896 da Segunda Internacional, em Londres. E aí integrou a corrente marxista numa decisão marcante: a separação e exclusão da corrente anarquista [*El Socialista*, 07/08/1896, p.1].

Quando Marx morreu, em 1883, foi Gneco o orador principal na sessão de homenagem fúnebre que se realizou em Lisboa, por iniciativa da Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa [*V.O.*, 22/04/1883, p.3].

O funeral

Em 1911, o funeral de Azedo Gneco saiu da sede de uma união de sindicatos, a Federação das Associações Operárias de Lisboa.

O cortejo fúnebre reuniu mais de duas mil pessoas e foi encabeçado pelo sindicalista Joaquim Ferreira Batista (operário alfaiate) que seria mais tarde, e durante muitos anos, o 1º secretário da assembleia-geral da sociedade *A Voz do Operário*.

Foi um cortejo engalanado sobretudo com bandeiras de sindicatos: dos manipuladores de pão, dos canteiros e caboqueiros, dos mecânicos em madeira, dos operários sapateiros, dos construtores de macadam, dos jardineiros, dos calceteiros, dos curtidores de solas e cabedais, dos latoeiros de folha branca, dos condutores de carroças, dos mecânicos de açúcar, dos operários das cervejas e gasosas e das operárias costureiras e ajuntadeiras.

Vários outros sindicatos se fizeram representar. O corpo de Azedo Gneco foi levado numa carreta da Associação do Registo Civil e do Livre Pensamento, à qual foi acrescentado um dístico com a célebre frase final do *Manifesto do Partido Comunista*: “*Proletários de todo o mundo, uni-vos!*”

Entre os dez oradores no funeral, esteve o então redactor d’*A Voz do Operário*, José Fernandes Alves [*V. O.*, 09/07/1911, p.1].

Um poema

Na mesma edição, o nosso jornal publicou um poema de homenagem, com autoria do militante socialista e sindical Avelino de Sousa, grande referência do fado operário.

Aqui ficou Azedo Gneco recordado como um “*audaz continuador*” de Marx, que “*em quarenta anos foi o cérebro maior das lutas sociais em todo o Portugal*” [*V. O.*, 09/07/1911, p.2].

ESCOLAS

Acantonamento: construir a autonomia fora de portas



“O poder pedagógico desta atividade dá mais valor ao que queremos fazer dentro das nossas salas de aula.”



As atividades são todas cuidadosamente escolhidas.

Equipa pedagógica do espaço educativo da Graça

Um acantonamento ou acampamento tem sempre um significado muito especial para todos nós, adultos e crianças, mas este ano a importância cresceu imenso. Cresceu na mesma medida em que cresceu a nossa vontade de sair, de respirar, de correr, de saltar, de inspirar profundamente, de nos sentirmos livres. As crianças têm pressa, são crianças durante pouco tempo.

Este ano damos a este momento um espaço ainda mais especial, cuidamos dos seus preparativos como se cuidássemos de algo frágil e que se refugia nas nossas mãos, mas que a qualquer momento nos poderá fugir por entre os dedos, sem que possamos fazer mais do que olhar para o horizonte com o olhos brilhantes e o coração apertado. Este ano somos construtores de uma casa que pode nunca ser habitada mas que construímos todos os dias mais um bocadinho com um sentimento de esperança que nos faz continuar.

E é isto a construção de um acantonamento! Este ano em particular, acantonamento é o sentido da vida apenas em 13 letras.

Onde começamos a nossa construção?

Começamos com uma vontade que cresce em cada um de nós, começamos por perceber o que queremos para finalizar o nosso ano letivo.

E quando temos tantas vozes a dizer coisas como: “acantonar faz-nos crescer”; “acantonar é saber viver com os outros, mesmo a sério!”; “vamos combinar o que fazemos durante estes dias, sem nos esquecermos que temos de deixar tempo para cada um aproveitar bem

o espaço”; “já sei o que temos de levar nas malas, sem exageros!”; “viver dias inteiros sem ir a casa é também aprendermos a cuidar de nós próprios.”; “e se alguém tem medo do escuro? O melhor é levar uma luz e presença...daquelas que se põe no corredor, sabes?”. E tantas outras frases que nos fazem pensar que talvez estejamos a fazer a escolha certa ao promover estes dias de aprendizagem fora de portas, fora de quatro paredes.

O poder pedagógico desta atividade é enorme, é algo que transcende o modo de pensar, é algo que dá mais valor ao que queremos fazer dentro das nossas salas de aula. Roubando umas palavras ao Makarenko “é um poema pedagógico”.

Autonomia é palavra de ordem

Autonomia, consciência das aprendizagens, saber escolher o seu próprio caminho, cooperativismo, intervenção e comunicação são as palavras de ordem dentro e fora da sala. E se, dentro da sala, fazemos por organizar e gerir, de forma cooperada, a sala de aula e a vida da turma no conselho de cooperação educativa, quando viajamos para fora da sala de aula, organizamos e gerimos de forma cooperada o novo contexto, que pode ser uma quinta, uma cidade, um campo de férias. Cada um tem uma palavra a dizer sobre as decisões a tomar. E se há já coisas predefinidas, há que as perceber, entender, discutir e, se possível e necessário, propor uma mudança. Continuamos a construir em coletivo esta eterna viagem chamada autonomia.

Para se partir da escola para outro espaço que é também de educação e aprendizagem, há também espaço para o fazermos através de aprendizagens promovidas através de projetos, guiões e outros trabalhos explo-

ratórios-previos. Há que estudar para onde vamos, as potencialidades, a envolvimento natural-cultural de cada um dos espaços escolhidos, de modo a que haja algo de interventivo, sentido em cada um dos participantes.

Todos nós fomos privados, durante estes dois anos, de muitos dos nossos habituais circuitos de comunicação, mas agora impõe-se que estejamos, ainda mais atentos a eles, de modo a que consigamos partilhar o que esperamos de um momento tão especial, como é o acantonamento ou acampamento. Há cartas a escrever, há partilhas a serem feitas, há muita da preparação que pode e deve entrar e sair por estes circuitos de comunicação.

Somos, muitas vezes, aquilo que conseguimos comunicar e por isso valorizamos tanto a comunicação entre grupos, entre alunos, entre adultos. Às vezes nem sempre conseguimos atingir o que queremos, mas temos sempre uma perspectiva de fazer mais e melhor. Por isso, sublinhamos o caminho de dizer as aprendizagens, explicitar os conflitos. Só assim se aprende: elaborando a informação, ou os sentimentos, de forma a que se tornem inteligíveis para os outros.

O acantonamento é um momento em que conseguimos, e de uma forma mais genuína, mais livre e mais descomprometida, fazê-lo naturalmente e por isso aprendemos sempre tanto com isso. Acharmos que todos os anos estamos um bocadinho melhor e saímos dele cada vez mais fortalecidos e a acreditar na força da comunicação, como forma de aprender e ensinar melhor.

Na autonomia de cada um, fortalecemos o caminho que é individual e específico em cada aluno, professor e auxiliar que faz parte desta atividade.

Se há forma de termos equipas mais fortes e capazes de superar desafios, será certamente envolvendo todos

ESCOLAS

na construção da sua própria autonomia. E haverá sítio melhor do que um acantonamento, em que temos de fazer as nossas próprias escolhas em quase todas as áreas do desenvolvimento humano? O que vestir, o que usar ou não, o que será mais adequado para esta atividade, o que fazer se não consigo dormir, ou se não gosto daquela comida? O que fazer se me sentir com saudades? O que fazer se se avariar o fecho dos calções?

A solução estará sempre em nós e com a beleza de ter um NÓS enorme à nossa volta, que poderá ser tão útil, mas a escolha será nossa. E se crescemos com isto? Tanto! Tanto! Tanto! Adultos e crianças, ficamos sempre diferentes e melhores depois de mais uns dias livres fora de portas, fora do nosso núcleo, mas na mesma família, a família d'A Voz do Operário.

E os mais pequeninos?

Este ano, desde o pré-escolar até ao 2º ciclo, todos os alunos terão a oportunidade de experimentar tudo isto.

No pré-escolar, o acantonamento e todas as visitas que fazemos têm como objetivo principal, proporcionar às nossas crianças experiências enriquecedoras, que lhes permitam alargar os horizontes, observar, conhecer e questionar o mundo que as rodeia.

A envolvimento em todo o processo de organização e preparação do acantonamento é grande. Muitas conversas, reflexões e decisões tomadas em conjunto sobre o que vamos precisar e o que podemos fazer.

Depois do adeus aos pais, é tempo de ficar vários dias só com os amigos e os adultos que nos são tão próximos. Estarmos juntos, permite que se crie e aprofunde relações e amizades que certamente irão perdurar no tempo.

A autonomia e independência, parte essencial do desenvolvimento da criança, nestes dias é potenciada a olhos vistos: o cuidar de si, calçar-se e descalçar-se, vestir-se e despir-se, arrumar os seus pertences, fazer a cama e ajudar os outros.

A cooperação está assente em tudo o que fazemos. O sucesso de um é o sucesso de todos.

Seja numa aldeia ou num campo de férias, esta experiência é muito enriquecedora. As atividades são todas cuidadosamente escolhidas, de forma a que as crianças tenham um contacto privilegiado com a natureza e fortaleça laços de amizade com todos os pares.

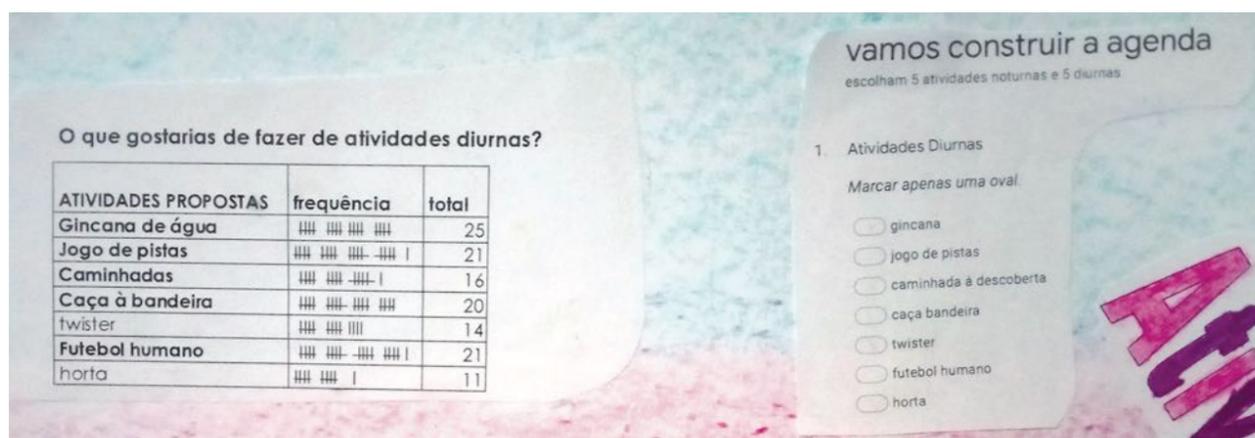
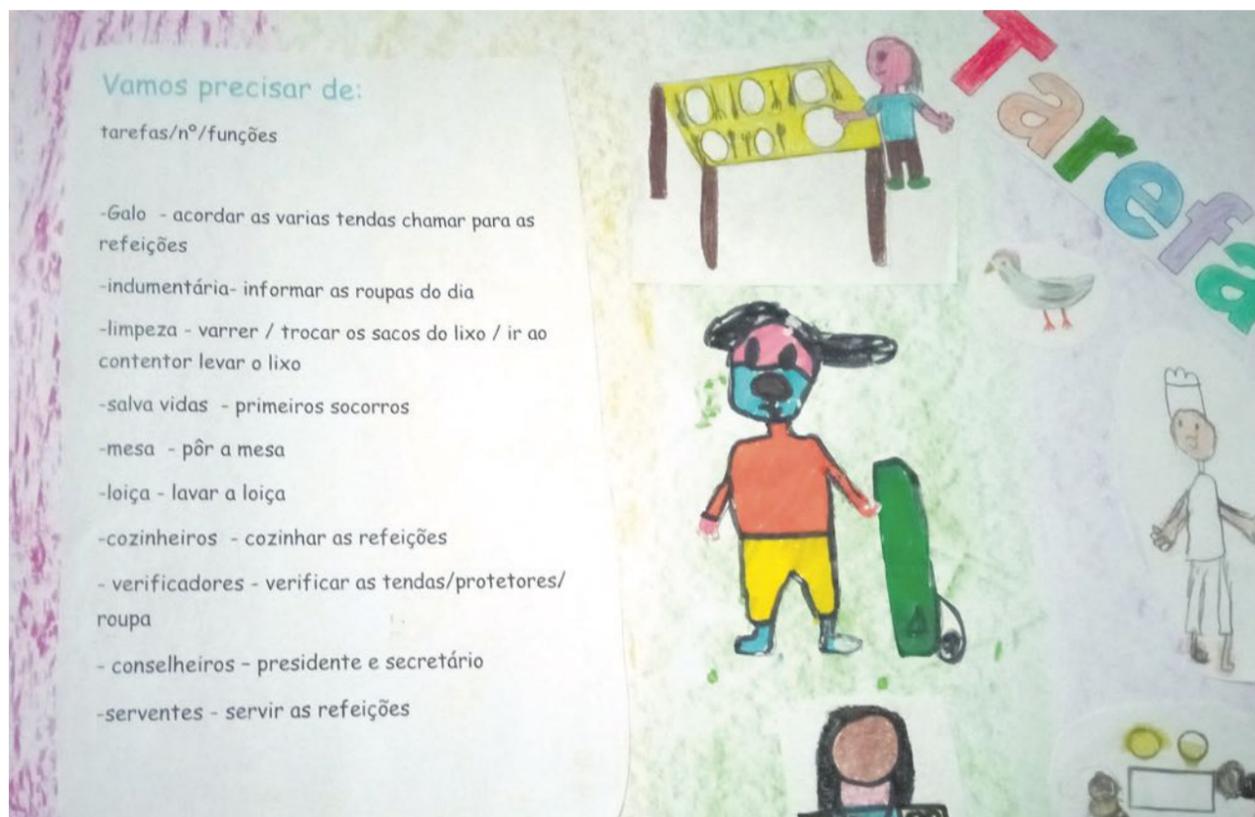
No fim, fica sempre a sensação de que soube a pouco e começamos a contar os dias para o próximo.

1.º ciclo em contato com a natureza

No 1º ciclo partiremos à descoberta da zona de Tomar e Sertã, dando mais realce ao espaço natural e às atividades radicais, algo de que temos sentido mais falta e que mais interesse despertam nas conversas que temos em salas de aula.

Os principais motivos desta escolha prendem-se com: conhecer as regras de convivência com a natureza, em espaços estruturados e preparados para o efeito, levar a escola para fora do nosso grande edifício centenário, alargar o conhecimento para fora da área de Lisboa e Vale do Tejo e ter a possibilidade de uma pequena iniciação a uma série de desportos que são mais difíceis de praticar na nossa área da escola.

Montar toda uma dinâmica semelhante ao que se faz em sala de aula, onde escolhemos as responsabilidades/tarefas adequadas ao espaço, criamos equipas de trabalho para tendas ou camaratas, organizamos, em alguns casos, a ementa e agenda semanal, é também algo que pode ser necessário.



Todo o processo é definido e acompanhado pelas crianças, em coletivo.

Criamos previamente equipas que farão as listas de material necessário levar e aprender a fazer uma mala de viagem adequada à situação, com prós e contras. A questão dos equipamentos eletrónicos, não os diabolizando, mas mostrando o interesse que têm e a pouca utilidade que terão no acantonamento, é também um tema que muito abordamos.

A organização necessária numa camarata ou num acampamento é algo que tem muita importância, visto que se trata de com quem vamos passar os dias, 24h sobre 24h, e ainda por cima com quem vamos partilhar o espaço de dormida, espaço este onde cada um mostrará inevitavelmente as suas fragilidades.

Tudo o que fazemos antes de partirmos é já algo que nos faz aprender muito. O que vivemos lá dá-nos mais crescimento e capacidade de partilha e, claro, aprendizagem, curricular e de outros tipos. E depois, há ainda muita coisa que fica por acomodar-se em nós e que leva anos a tomar o seu devido lugar.

2.º ciclo explora a cidade

No 2º ciclo continuamos a crescer e a criar novas oportunidades de explorar o mundo. As cidades e o poder que têm na vida das pessoas; conhecer e viver uma cidade do nosso país, com tudo o que se pode ver e viver no seu dia-a-dia.

Com os alunos, exploramos as possibilidades, cons-

truímos conceitos e fazemos descobertas sobre o que cada cidade pode esconder.

De modo a darmos uma nova vida ao que é acantonar, partimos à descoberta de uma vida mais cidadina. Este ano, a cidade a descobrir será a bela cidade invicta do Porto.

E que bom que é quando um ex-aluno com 18 anos nos diz “que saudades dos acantonamentos, estas coisas ficam mesmo para a vida!”, ou um outro, de 21 anos, “somos tão felizes e aprendemos tanto nos acampamentos, para a vida e só percebemos isso quando já temos barba!”. Seja lá que isto for, se fica para a vida com este brilho, é porque independentemente de ser no pré-escolar, 1º ciclo ou 2º ciclo, é para continuarmos a investir.

Muitas escolas têm morrido ao longo desta difícil caminhada: a rotina, os quadrados, os percursos, as limpezas, a repetição diária sem emoções nem variações. Escolas sem solução que transformam crianças em prisioneiros e onde deixou de se brincar, de partilhar e de viver. Na nossa escola nada disto acontece. Temos encontrado o nosso caminho na complexidade das relações sociais de toda a comunidade educativa, em particular no diálogo com as famílias e na procura de soluções coletivas, para que a escola se torne, cada vez mais, da comunidade. Para que a possamos reconhecer, amar e da qual tenhamos orgulho.

Parabéns a todos nós. Nós somos o coletivo.

TURISMO



Quando sol e praia não chegam para salvar a economia

A pandemia teve um forte impacto num dos principais setores económicos de Portugal. A atividade turística retrocedeu de forma brutal e fez ressentir um país muito dependente da visita de estrangeiros. Apesar dos efeitos desta retração, as forças políticas que se revezaram à frente dos sucessivos governos optam por não debater um modelo económico sustentado num aparelho produtivo menos volátil e mais qualificado.

Bruno Amaral de Carvalho

O peso do turismo no PIB português é um dos mais elevados do mundo. Entre os 36 países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), Portugal apresentava, em 2016, uma maior percentagem do PIB resultante do setor do turismo, mais concretamente 12,5%, de acordo com dados da própria OCDE. Nesse ano, Portugal estava à frente de países como Espanha, México, França, Suécia, Áustria, Indonésia, Alemanha, África do Sul, Estados Unidos da América, Canadá, Dinamarca e Japão. Em 2018, Portugal era já o quinto país em que a contribuição do setor para o PIB era maior. Nesse ano,

19,1% da riqueza produzida decorria do turismo, ficando apenas atrás da Grécia.

“Não há qualquer problema com o turismo. O problema é o peso relativo que esta atividade tem na nossa economia e o peso que tem deve-se à fraca dinâmica da nossa produção nacional. Não é o peso do turismo que é elevado, é o peso da indústria que é reduzido, é o peso dos produtos agrícolas e da pesca que é reduzido”, explica o economista Tiago Cunha, do Grupo de Estudos da CGTP-IN.

Em sentido contrário, desde a entrada de Portugal na CEE, houve um processo de reconfiguração económica que deu primazia ao comércio e serviços em detrimento da indústria. O nosso país passou por um processo de desindustrialização acentuada nas últimas décadas,

com uma queda do peso do valor acrescentado industrial no PIB de 16%, em 1995, para 11% em 2009, segundo dados do Banco Mundial, e um declínio do peso do emprego industrial de 22%, em 2000, para 16%, em 2009, de acordo com a ILOSTAT, da Organização Internacional do Trabalho.

Segundo Tiago Cunha, “há uma divisão europeia do trabalho que empurra para isto e até uma produção de produtos semi-acabados que depois são acabados na Alemanha e outros países, onde levam um valor acrescentado. É uma questão absolutamente dramática do nosso modelo de desenvolvimento”.

O professor de economia e estudos de desenvolvimento no ISEG, Alexandre Abreu, corrobora esta análise e defende

que há diferenças “claríssimas” entre o centro da Europa e a periferia. “O conceito de centro da Europa e periferia é fundamentalmente a isto que se refere. Tem a ver com o padrão de especialização produtiva, mais do que um conceito geográfico, embora nalguns casos também coincida com isso. Estamos a falar de indústria, setores com mais capacidade de capturar valor, mais assente em tecnologia, conhecimento e mais poder monopolista. As economias periféricas no contexto europeu têm padrões de especializações menos sofisticados, menos capacidade de capturar valor, incluindo uma grande parte da sua estrutura produtiva em setores muito desqualificados como o turismo. É uma área que não tem praticamente margem para ganhos de

produtividade, para funcionar como motor de qualificação da economia, para puxar por outros sectores”, refere.

“As economias periféricas no contexto europeu têm padrões de especializações menos sofisticados, menos capacidade de capturar valor, incluindo uma grande parte da sua estrutura produtiva em setores muito desqualificados como o turismo.”

Nos países do norte da Europa, concentrou-se boa parte do aparelho produtivo. A Portugal, Espanha e Grécia, entre outros, sobrou-lhes o turismo, um setor volátil e vulnerável. Durante vários anos, não foram poucos os especialistas que alertaram para fatores que podiam perturbar o desempenho do turismo. Terrorismo, catástrofes naturais e pandemias foram alguns dos perigos apontados. Nesse caso, a ausência de uma economia sólida, sustentada num aparelho produtivo estável, podia afundar a economia portuguesa.

Para Tiago Cunha, as duas últimas décadas “mostram que temos um modelo esgotado, que temos tido ritmos de crescimento anémicos, um pouco menos a partir de 2015”. Ou seja, uma economia “crescentemente dependente do exterior” e com um impacto como o das restrições da pandemia “vem ao de cima a dependência da economia face ao exterior e a falta de instrumentos que o Estado português tem para implementar uma outra política”. Como o economista do Grupo de Estudos da CGTP-IN, também Alexandre Abreu acha que há um conjunto de mecanismos da UE que restringem as escolhas do país. De acordo com o professor do ISEG, este fenómeno “acentua-se com a adesão à moeda única e à União Económica e Monetária (UEM) onde a falta de dinamismo se revela neste padrão de falta de especialização produtiva. A UEM retira os instrumentos que podiam ajudar Portugal a ultrapassar essas dificuldades. Mas isto já vem de bem antes do boom turístico”.

O impacto da pandemia e a oportunidade falhada

Segundo dados do Economic Impact Reporter divulgados em abril pelo World Travel & Tourism Council (WTTC), a con-

tribuição do setor das viagens e turismo caiu 21 mil milhões de euros em 2020. Ou seja, o equivalente a uma quebra de 56,4%. Segundo o estudo anual do WTTC, “o colapso dramático do setor de viagens e turismo de Portugal varreu 21 mil milhões da economia do país”, o que “indica que a contribuição do setor para o PIB caiu 56,4% em 2020”.

Então, o WTTC lembrava que, nos últimos 10 anos, “o crescimento do setor das viagens e turismo ultrapassou o da economia em geral” e, em 2019, chegou aos 37 mil milhões de euros, representando 17,1% do PIB, mas tudo mudou no espaço de 12 meses e devido à pandemia, tendo sido de apenas 16 mil milhões de euros em 2020, o que representou 8,1%.

Para Tiago Cunha, o impacto da pandemia no turismo e na economia do país teria sido “uma oportunidade única para romper com estas décadas de estagnação” debatendo uma alternativa e apostando noutro modelo. “Grande parte dos meios financeiros que temos ao nosso dispor e as estratégias e as prioridades são as dos últimos 20 anos. O Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) não pode ser utilizado conforme uma decisão soberana do nosso governo, tem

“O impacto da pandemia no turismo e na economia do país teria sido “uma oportunidade única para romper com estas décadas de estagnação” debatendo uma alternativa e apostando noutro modelo.”

de ser utilizado segundo os princípios e objetivos da UE”, critica. “Este seria o momento de repensar o futuro que nós queremos mas estamos amarrados a estes condicionalismos. Está a utilizar-se este momento de crise para acentuar algumas dinâmicas que já vinham de trás, que são causa dos problemas que já temos e que se pretende que venham a ser agravados no futuro: maior transferência de soberania, maior dependência face à UE, acentuar de derivas federalistas e neoliberais, etc”, entende o economista da CGTP-IN.

Segundo Alexandre Abreu, é um setor que “tem sido bom” sobretudo no contexto da crise para gerar muito emprego mas é um emprego “tendencialmente de baixos salários, baixa produtividade, com pouca margem de progressão”. Considera que é “melhor do que estar afundado na



“Bem-vindos moradores locais”, lê-se num grafiti em Alfama.

recessão” mas é “altamente volátil” a partir do momento que haja algo que o afete, “seja uma pandemia, seja um problema de terrorismo”. É um setor “bastante sensível e ressentido-se mais do que os outros”.

Precriedade e baixas qualificações

Mas para além da forte quebra do peso do turismo no PIB, também se fez sentir o forte impacto das medidas restritivas no emprego. O mesmo relatório aponta para a perda de 160 mil empregos em viagens e turismo em todo o país. “As perdas de empregos foram sentidas em todo o ecossistema das viagens e turismo do país, com as PME, que representam oito em cada 10 de todas as empresas do setor, particularmente afetadas”, refere o WTTC, destacando ainda que o impacto desta crise sobre as mulheres, jovens e minorias “foi significativo”.

“O impacto desta crise sobre as mulheres, jovens e minorias “foi significativo”.”

O relatório indica que, no total, o número de pessoas empregadas no setor das viagens e turismo em Portugal caiu de pouco mais de um milhão, em 2019, para 843 mil, em 2020, o que traduz “uma queda de 16%”.

Os dois economistas coincidem no retrato do tipo de emprego no setor do

turismo. Mesmo que não houvesse o problema de volatilidade, Alexandre Abreu entende que há um problema estrutural de longo prazo: “não tem grande margem de progressão em termos de ganhos de produtividade, em termos de dinamismo económico, em termos de qualificação, no fundo condena um bocado à estagnação. Consolida esta posição periférica de Portugal no contexto europeu que não se manifesta só no turismo”.

Tiago Cunha recorda que no ano passado ainda se tentou puxar pelo turismo com o mercado interno. “O problema é que nós somos um país de baixos salários e fracos rendimentos que não dão a dinâmica que um setor destes, com a infraestrutura que tinha montada, necessitava”, explica. Caracteriza o emprego no turismo como sendo marcado por “baixos salários, precariedade, sazonalidade e alta rotatividade, acompanhado por lucros colossais” e vai mais longe na análise às consequências do atual modelo de turismo.

Muitas cidades do país, sobretudo Lisboa e Porto, vivem hoje uma grande pressão. Tiago Cunha lembra a lei do arrendamento, de Assunção Cristas, aprovada pelo PSD e CDS-PP, durante a troika, que liberalizou o mercado da habitação. Esta legislação “ajudou a expulsar a população dos bairros e das cidades” e favoreceu um determinado modelo de turismo só que, para o economista, as pessoas “vêm à procura do genuíno” e acabam por encontrar tudo igual. Houve um “grande impacto social sobre quem vive nos bairros”.

Para Alexandre Abreu, este modelo já vem de trás. Com a entrada na União Económica e Monetária, “a ideia era fazer de Portugal a Flórida da Europa”.

FREI CHICO

“A democracia mais plena no Brasil foi nos governos de Lula e Dilma”

José Ferreira da Silva é conhecido como Frei Chico no Brasil, apesar de ser ateu. Um dos oito filhos de dois camponeses do interior rural de Pernambuco. Apesar de ter crescido num ambiente pobre, a consciência de classe só veio com o trabalho como operário metalúrgico em São Paulo, para onde migrou com a família aos sete anos. Ativista sindical, foi perseguido e torturado devido à resistência contra a ditadura. Frei Chico convenceu o irmão e companheiro de casa a juntar-se ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. O irmão é o ex-presidente Lula da Silva.



“Fui trabalhar numa fábrica metalúrgica e fui para o sindicato de São Paulo, aos 18 anos.”

Bruno Amaral de Carvalho e Teresa Camarão

Porquê Frei Chico?

Com 22 anos, eu era meio gordinho e trabalhava de soldador. O soldador usa um avental de couro, capacete e máscara. Quando eu terminava um trabalho, de longe, você via só a carequinha, então o pessoal me apelidou de padre. Completando isso, eu era ativista sindical e militante político. A nossa atividade política era clandestina, a gente não tinha organização legal. Mas na vida sindical havia, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, uma organização de esquerda chamada AP – Ação Popular Católica. A Ação Popular Católica era um braço da

esquerda católica muito radical, na época. Uma vez fiz um discurso mais radical e o Dr. Maurício Soares, que era advogado do sindicato e depois virou prefeito de São Bernardo do Campo, me apelidou de Frei Chico. Naquele período, tínhamos os frades franciscanos brasileiros, especialmente aqui em São Paulo, onde foram presos bastantes.

Porque foram dos que mais apoiaram a resistência.

Sim, eles apoiaram bastante. Então, o meu apelido foi um pouco disso. Em 1975, eu já militava clandestinamente no Partido Comunista Brasileiro e fui preso. Numa ocasião, fui sequestrado [pela polícia]. Eu estava andando na rua, para ir na minha sogra

buscar meu filho. Ia andando de chinelo e aí os caras me pegaram.

Quando chegou o meu julgamento, depois de um período em que fui solto, depois de oitenta e poucos dias preso, o juiz queria que eu continuasse preso porque reconheci a minha alcunha, Frei Chico, e eles achavam que Frei Chico era um pseudônimo. Isso contradizia todo o depoimento que estava no papel. Eles alegavam que como eu assumia o apelido Frei Chico então estava a assumir que era um pseudônimo. Eles achavam que eu estava mentindo. Aí o meu advogado, José Carlos Dias, que depois virou ministro da Justiça do governo de Fernando Henrique Cardoso, pediu ao juiz para me liberar. Fez um abaixo-assinado com as personalidades que me conheciam com aquela alcunha e assim ficou, Frei Chico.

Um Frei Chico ateu.

É, um Frei Chico ateu, mas ficou o nome. O meu nome é José Ferreira da Silva.

Viveu uma infância muito pobre com a sua família. Isso influenciou, de alguma forma, a sua trajetória e a do Lula?

Eu tenho um ‘pouquinho’ de consciência de classe, mas aí já foi meio adulto, eu tinha vinte e poucos anos. A nossa infância era um fogão a lenha, um fogão em cima de tijolo, duas ou três painéis de ferro em que você cozinhava. Fora isso, você tinha uma mesa, imagina uma mesa feita de barranco e aí tinha uns bancos em que sentava do lado. Você tinha um armarinho que era uma coisinha assim meio [faz um gesto meio desengonçado]... Tinha [cama de] rede em que você dormia na sala. Eu lembro-me que o quarto da minha mãe tinha uma cama, um guarda-roupzinho simples e tal... Isso era o que nós tínhamos. Você imagina? Eu tenho um neto, de vez em quando ele perguntava “como é que você brincava?” Eu não tinha brincadeira, não existia isso. A gente não tinha noção do sapato, imagina... O Lula deu uma entrevista esta semana aqui num live e diz “eu vim comer pão...” Ele veio comer pão praticamente para São Paulo, com sete anos de idade... pão! Porque a nossa cultura é uma cultura indígena! A minha mãe, mesmo maravilhosa como ela era, não sabia fazer bolo direito. Ela fazia bolo de cuba que é de mandioca, fazia bijou, fazia tapioca... Agora, você tinha um milho, quando dava época do milho, você tinha o caju que é natural da terra. Imagina hortã... Não existia isso. O mundo lá mudou muito, nos últimos 30 anos houve um avanço tremendo daquilo ali, com a luz elétrica, não é? Através da televisão o pessoal aprendeu para diabo, e está aprendendo ainda, tem muita coisa para ser feita.

Meu pai veio embora para outra mulher e aí a minha mãe ficou com seis filhos... Quando o Lula nasceu, o meu pai já não estava mais, o meu tio Sérgio, irmão da minha mãe, arrumou uma vaca emprestada, alguém tinha uma vaca e emprestou. Para dar o leite diário. Bom, foi uma infância muito triste. Viemos para São Paulo e depois Santos, e voltamos para São Paulo e aí, meu filho, ‘tamo vivo.

Como é que entram no sindicato?

Eu era operário metalúrgico e naqueles anos de 1960, com a guerra fria, Cuba em evidência, os comunistas eram muito fortes na região do Ipiranga e de São Paulo, lá onde eu morava. E aí eu conhecia alguns comunistas, tinha admiração por eles. Fui trabalhar numa fábrica metalúrgica, chamada Pontal, na vila carioca, no Ipiranga, e nessa fábrica tinha lá uns dois ou três comunistas e aí eu fui para o sindicato de São Paulo, aos 18 anos. Nesse processo a gente tentou levar o Lula para o partidão mas o Lula é um caso à parte, sempre teve o instinto de não querer nada ilegal. Consegui convencê-lo para o sindicato, mas não foi fácil. Primeiro porque ele namorava, segundo porque quem ia para o sindicato era perseguido. Para o convencer teve muita rodadinha de cachaça, através de um companheiro nosso, Paulo Afonso Monteiro da Cruz, e outros companheiros lá do sindicato. Então, ia haver eleições e eu não pude entrar porque na minha empresa já tínhamos o Paulo Vidal. O Afonso Monteiro da Cruz, que era uma figura maravilhosa,

me convenceu a indicar alguém e aí eu falei “tem um cara na Villares, vamos ver se ele topa?”

Era o Lula.

Sim, ele acabou entrando no sindicato. Nós [comunistas] estávamos muito perseguidos na época. Ele casou com a Lurdes já no sindicato, teve a primeira criança, só que a Lurdes e a criança morreram no parto. Aquilo foi um baque para ele. Foi depois disso que o Paulo Vidal, que era o presidente do sindicato, fez uma carta para a empresa e levou-o para dentro do sindicato. Ele era suplente da diretoria.

Conheceu a ditadura e passou por este processo de transição democrática, como é que se justifica que Jair Bolsonaro se mantenha no poder ainda?

Ai...[risos], é o seguinte, eu tenho 78 anos, então eu já vivi bastante nesse país. Esse país é muito complexo, muito complicado. Você tem um povo maravilhoso, um povo simpático. Aparentemente não tem problema, a gente dá risadas com as nossas próprias misérias, a gente se diverte até, entende? Mas a nossa história é muito complexa. A democracia mais plena no Brasil foi nos governos de Lula e Dilma. No resto dos governos tinha mas não tinha. O Lula nunca penou pela lei de segurança nacional, o Lula nunca ameaçou prender jornalistas, ele e a Dilma nunca usaram leis de repressão contra alguém, pelo contrário. E eles governaram o país no chamado republicanismo, nós temos de obedecer às leis. Então eu acho que foi um dos motivos que a gente... Eu não vou dizer que é só isso mas, às vezes, deviam ter sido duros com o setor da imprensa. Você não pode ter uma imprensa, dentro da chamada lei democrática, destruindo pessoas e a gente sempre esbarrava no poder judiciário, ou então não ligava, achava que estava “tudo bem”. Não aperfeiçoamos o controle da democracia, erramos aí.

Quais são as forças que permitem que o Bolsonaro se mantenha no poder atualmente?

Eu não queria dizer que é essa elite podre que nós temos no Brasil. Nós temos uma elite podre, agora não a vamos culpar só. O Lula se elegeu Presidente da República. Eu mais três companheiros, um deles já falecido, estávamos tomando uma cachacinha no lado do sindicato de São Bernardo do Campo, dos metalúrgicos, e aí um deles levantou a seguinte questão: “Nós temos de criar grupos de apoio ao mandato do Lula. Lula vai ser derrubado, esses caras vão derrubá-lo, então nós temos que nos preparar”. Aquele papo ali, era papo de boteco mas era um papo sério, com a incumbência de falar com algumas personalidades do PT. Um outro falou o seguinte, “nesse momento interessa é governar, não interessa a gente ficar criando problema”. Moral da história: havia uma visão, nos setores do PT também, de que havia uma aliança para governar e que estava tudo bem. Nada ia ser rompido. Nós não fizemos nada disso, nós não preparamos nada e deixamos a coisa correr frouxa. Na política externa, o Brasil, no geral, começou a ter um apoio político independente, uma visão de Estado de fato.

A elite brasileira não é patriota. Nós tínhamos respeitabilidade, não é? Hoje não. Então, com essa elite brasileira, junto com esses caras, com esses setores da mídia brasileira... Porque se existe uma mídia podre

no mundo... E como você não podia fazer mais uma campanha anticomunismo... O nosso golpe de 1964 foi dado em cima dos comunistas, os comunistas comiam crianças, os comunistas não sei quê, havia guerra fria, havia Cuba a lutar pela independência. Nesse processo agora, não. O que é que eles fizeram? Foram para a judicialização para desmoralizar o poder político e transformar as pessoas em corruptos e ladrões. Fizeram isto em várias partes do mundo.

No Paraguai, na Argentina, no Equador...

Você trabalha, por exemplo, num setor lá da tua empresa, aí eu sou um cara conhecido, e chego lá e cochicho no ouvido que você roubou um negócio não sei aonde. Se o cara confia em mim, ele vai acreditar mais em mim do que em você, você está ferrado a partir daí. Você fica como ladrão, não tem como se defender. O nosso caso foi muito mais sério do que isso. Quando parte do poder judiciário apresenta uma acusação, o que é que o povo entende? A justiça é que falou, então existe uma prova concreta e é duro você desmanchar isso, viu? É duro e, até hoje, eles conseguiram com isso derrubar Dilma, desmoralizar o Lula... O Lula ainda teve a coragem de fazer um enfrentamento. Como ele nunca tinha roubado nada, ele não roubou nada, apesar de que algumas pessoas ainda achem que roubou...

Sim, há pessoas que ainda acham que roubou, independentemente das condenações estarem a cair.

Foi Presidente da República e não levou nada de ninguém. “Tem de levar” porque é a prática, é a cultura de quem está no poder, tirar proveito.

Como é que de repente o Frei Chico vê o seu nome associado à Lava Jato e às propinas da Odebrecht? Como é que viveu isso?

A Lava Jato foi criada para destruir as principais empresas que o Brasil tinha, destruir porque interessava aos concorrentes destruir. Destruir a energia elétrica, destruir o poder político, destruir o Lula, que era uma personalidade que dava uma certa credibilidade ao poder político ligado ao operário, ao pobre. Eles fizeram isso de uma maneira tão cretina e tão estúpida que o prejuízo é incalculável e vamos sofrer muito para recuperar isso.

O Lula, neste momento, está à frente nas sondagens, quase com 50% da intenção de voto. Acha que Lula vai ser presidente? Os militares vão deixar que ele assuma um poder que tanto lhes custou a conquistar?

Tem uma coisa que mudou um pouco. Por exemplo, esse golpe na América Latina é montado pelos americanos, pela elite dominante do planeta Terra. O mundo hoje é dominado pelo setor financeiro, não é? Mais o produtivo. Esse pessoal também não quer ditadura, não. Não interessa para eles. Eles querem ir para uma democracia onde eles possam influenciar. O Brasil não tem primeiro-ministro, o Brasil é o Presidente e o parlamento, normalmente com uma maioria conservadora. Normalmente não se consegue governar sem acordos. Você tem que fazer uma ponte com a oposição.

SETÚBAL



Autarquia recolhe resíduos resultantes da limpeza de jardins e resíduos orgânicos, resultantes da preparação de refeições.

Município alarga recolha de biorresíduos

‘Setúbal Composto Tem + Valor’, um projeto pioneiro que a autarquia de Setúbal inaugurou no início do ano, entra agora na sua segunda fase, estendendo a recolha porta-a-porta a todas as freguesias.

Já são mais de mil os agregados familiares envolvidos no projeto que tem como objetivo garantir a reutilização de resíduos dos jardins e das cozinhas sadinas. Estima-se que 40% do total de todo o lixo produzido em Portugal seja deste tipo.

No âmbito desta iniciativa, são recolhidos “todos os resíduos resultantes da limpeza e manutenção de jardins, ou seja, aparas, ramos finos, relva e ervas” e os resíduos orgânicos, resultantes da “preparação e confeção de refeições”.

A Câmara Municipal de Setúbal (CMS) disponibilizou

ainda, para o efeito, “dois contentores, um de dez litros e outro de 40 litros”. O mais pequeno “para ir colocando os restos de alimentos”, e o maior para a posterior recolha por parte das equipas municipais.

Para além das vantagens práticas para os envolvidos, reduzindo a necessidade de deslocamento a contentores, os benefícios deste tipo de separação são indispensáveis para o combate às alterações climáticas, reduzindo o espaço ocupado em aterros e a dimensão das emissões de gases com efeito de estufa e permitindo que o que antes era desperdiçado possa agora ser

utilizado para a produção de adubo e energia.

O objetivo da autarquia é antecipar e concretizar os objetivos preconizados no Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020), em vigor desde 2019, que entre outras medidas estabelece que, a partir de 31 de dezembro de 2023, “a recolha seletiva ou a separação e reciclagem na origem de biorresíduos passará a ser obrigatória em todo o território nacional”.

“Há cerca de cinco meses que está a decorrer em Azeitão um projeto de recolha de resíduos porta a porta, em que a taxa de adesão ronda os 60 por cento”, sublinhou Carla Guerreiro, vereadora do Ambiente, no início de junho, referindo-se à ação que abrange já cerca de 9600 habitações e mais de 24 mil habitantes, na Junta de Freguesia de Azeitão. A autarca destacou, ainda, que o trabalho da Câmara Municipal neste setor “é de vanguarda há vários anos, embora, por força da lei, se apresente agora como uma inevitabilidade”.

A importância do aproveitamento de biorresíduos

O conceito de biorresíduos engloba os resíduos biodegradáveis de espaços verdes, nomeadamente os de jardins, parques e campos desportivos, bem como os resíduos biodegradáveis alimentares e de cozinha das habitações, das unidades de fornecimento de refeições e de retalho e os resíduos similares das unidades de transformação de alimentos.

O reaproveitamento deste tipo de resíduos representa vantagens significativas nos objetivos definidos para a redução de emissões de gases nocivos para atmosfera e na diminuição do volume de deposições em aterros sanitários.

Os biorresíduos representam uma grande quantidade de recursos que podem ser utilizados em novas aplicações, assumindo especial relevância no paradigma de bioeconomia circular, nomeadamente na otimização de biomassa existente, o que facilita a compostagem, com benefícios no enriquecimento dos solos, e a digestão anaeróbia, que pode ser utilizada na produção de energia.

A VOZ do corvo



O corpo da cidade...

Um candidato às próximas eleições para a Câmara de Lisboa lança no seu programa eleitoral a ideia da “cidade dos quinze minutos”.

A ideia, gritada como inovadora, faz-nos recuar até correntes de pensamento vigentes há quase um século quando os urbanólogos (os que estudam o fenómeno urbano) e os urbanistas (os que desenham as cidades) pediram emprestada à biologia a ideia de que o corpo da cidade crescia, à semelhança com os seres vivos, pela adição de “unidades mínimas de vida”, ou seja, territórios onde comunidades, de dimensão variável

poderiam satisfazer as suas necessidades quotidianas em termos de ensino básico, abastecimento, culto, recreio e cuidados primários de saúde. O conceito teria a designação de “unidades de vizinhança” e na toponímia seriam as “células”.

O paradigma histórico deste conceito seria a aldeia em ambiente rural e o bairro em ambiente urbano, mas a aldeia não existe se não tiver próxima de si a vila, e a vila não sobrevive se não estiver próxima da cidade e se esta não fizer parte de uma região...

Por outro lado etimologicamente a palavra bairro tem proximidade com barreira, separação e diferenciação. O bairro seria uma adição, identificável em relação o conjunto (Bairro Alto, bairro operário, bairro social, Bairro Azul...). Conceito que *in extremis* poderia chegar ao gueto.

A isto opôs-se, no pensamento urbanístico moderno, o conceito de Plano Integrado ou Estruturante onde são garantidas na Cidade, como um todo, as necessidades do viver em conjunto, desde a maternidade ao cemitério.

Porque a verdade é esta: quando um estudante progride na sua formação, menor é o número de estabelecimentos que pode frequentar e maior poderá ser a

distância a que se encontra da sua casa; quanto mais se especializar um trabalhador, mais dispersas poderão ser as suas oportunidades de trabalho (para o artesão a casa e a oficina poderiam ser o mesmo espaço; quanto mais culta for a população, mais variados serão as sedes da cultura, seja o teatro, a ópera, o cinema de qualidade, o festival de música, a exposição...

E como o quotidiano da população não é hoje ir à escola, ir às compras, ir ao médico e ao domingo ir ao jardim ou à missa, há que dar lugar e espalhar por toda a Cidade o equipamento que garanta a totalidade das funções urbanas – habitar, trabalhar, recrear o espírito e o corpo, circular e comunicar.

Ao fim e ao cabo é passar da célula ao órgão (conjunto de células específicas de uma função), e do órgão ao sistema, e do sistema ao Corpo. E aqui se destaca, por analogia anatómica o sistema circulatório e o sistema de transportes e comunicação de uma Cidade – ambos levam e trazem vida a todas as células de um corpo vivo, mesmo que sejam milhões e diferenciadas.

Conceito que se estende à aldeia, à vila, à cidade, ou seja, ao ordenamento do território.

Francisco da Silva Dias

Transportes
públicosSão sempre
as mesmas

A CP lançou o concurso para a aquisição de 22 automotoras em janeiro de 2019, tendo o processo sofrido atrasos sucessivos, nomeadamente por reclamação de um dos concorrentes preteridos, a que se seguiram os habituais trâmites de ping-pong com o tribunal de contas, verificando-se que em meados de junho passado, cerca de dois anos e meio depois, estava o processo pronto para a adjudicação, faltando o indispensável despacho do governo para autorização da despesa.

Lá se passaram quase dois anos e meio num processo, que se tudo fosse normal, teria sido inferior a um ano.

Se a adjudicação tivesse sido na data prevista, fim de 2019, as primeiras entregas seriam em 2023 e as últimas em 2026. No novo cenário, teremos as primeiras automotoras no final de 2024, início de 2025, e as últimas em 2028.

A Comissão Para a Defesa da Linha do Oeste (CPDLO) anunciou ir exigir ao Ministério das Infraestruturas que intervenha junto da CP para impedir que o atraso na aquisição de novas composições ponha em causa o processo de modernização da ferrovia naquela linha.

O que acontece é que a CP não pode encurtar os prazos contratuais dos fabricantes, por muito que se esforce, donde, se a conclusão dos trabalhos de infraestruturas entre Meleças e Caldas da Rainha estiver concluído em 2023, as novas automotoras ainda não estarão entregues.

Se a referida preocupação da CPDLO é legítima, não devia ser só esta, porque o panorama é mais negro.

Neste momento estão concluídas as eletrificações da Linha do Minho entre Nine e Valença e o troço da Linha da Beira Baixa entre Covilhã e Guarda.

Em processo de execução estão a Linha do Algarve e o troço Marco – Régua na Linha do Douro e em concurso para projeto dois troços no Alentejo.

Com o aumento da rede eletrificada, medida a apoiar, como vai ser dada resposta às necessidades de material circulante que lhe estarão associadas?

Para todo o acréscimo inevitável de necessidades em material circulante só haverá as tais 22 automotoras, quando forem entregues, porque são sempre as mesmas.

Rego Mendes

AUTÁRQUICAS

Carlos Humberto na disputa
para recuperar Barreiro

O candidato é atualmente primeiro secretário da comissão executiva da AML

Sem se poder recandidatar à presidência da autarquia, devido à limitação de mandatos, em 2017, o comunista Carlos Humberto foi escolhido para primeiro secretário da comissão executiva da Área Metropolitana de Lisboa, onde encabeçou uma verdadeira mudança no acesso aos transportes com um passe único que abrange todo este território a valores mais acessíveis. Foi neste contexto que, então, o PS conquistou a Câmara Municipal do Barreiro à CDU, com Frederico Rosa.

Apesar de várias decisões que deram que falar, o PS recandidata o atual autarca barreirense que vai enfrentar Carlos Humberto. Volta assim a ser o principal rosto da CDU na corrida eleitoral à presidência deste concelho da Margem Sul. Por sua vez, o PSD apresenta Bruno Vitorino pela terceira vez consecutiva e o BE, que candidatou sucessivamente Mário Durval, apontou como cabeça de lista, desta vez, Daniel Bernardino.

Quatro anos de PS no Barreiro

Muitas das obras do último mandato foram fruto de projetos e ideias do mandato CDU à frente da câmara. Mas nem todas. É exemplo disso a decisão de derrubar o histórico campo de futebol do Luso para dar lugar a um Lidl. Então, Rui Lopo, vereador da CDU, questionou sobre a necessidade do centro do Barreiro ter mais uma superfície comercial. Apesar da abstenção, até Joana Medeira, do PSD, alertou para os perigos de proliferação das grandes superfícies comerciais e as consequências para o comércio local.

Mas no plano da mobilidade houve decisões polémicas. Para chegarem ao Seixal, os barreirense têm de percorrer, por estrada, os 13 quilómetros que separam os dois municípios. Por decisão do PS, ficou na gaveta o projeto da autarquia CDU que previa a construção de uma ponte pedonal e ciclável entre o Barreiro e o Seixal. O protocolo existente entre os dois concelhos vizinhos da margem sul do Tejo foi cancelado com a oposição solitária dos eleitos da CDU. O aumento dos custos da construção da ligação pedonal serviu de base aos argumentos do presidente da autarquia, Frederico Rosa, mas na prática os custos seriam partilhados entre o Barreiro e o Seixal e teriam o apoio de fundos comunitários no âmbito do Plano de Ação de Mobilidade Urbana.

A ligação de 800 metros entre as duas margens que, apesar de, numa primeira fase, não permitir a passagem de automóveis ou transportes públicos como autocarros ou comboios, colocaria um ponto final em cinquenta anos de espera. Foi precisamente em 1969 que um navio embateu e destruiu a chamada Ponte Ferroviária do Seixal, cujos pilares ainda estão cravados e visíveis nas margens da baía do Tejo que coloca as duas cidades frente a frente. O Seixal viu-se obrigado a deixar cair o projeto, uma vez que aprovou a proposta que não chegou a sair do papel.

Uma das maiores polémicas do mandato foi a intenção do PS de reprivatizar a Quinta do Braancamp, um imóvel que tinha sido recuperado para a esfera pública em 2016 pela Câmara Municipal de gestão CDU e que ficou em risco de voltar para mãos de privados. Para além de vários protestos da população, os comunistas recordaram que o projeto anterior visava “a retirada [da Quinta do Braancamp] do mercado imobiliário especulativo e a sua devolução aos barreirense, a quinta foi adquirida em 2016”, uma aquisição que foi feita após “deliberação unânime da Câmara Municipal e apenas três abstenções na Assembleia Municipal”. O objectivo, à data, era o de valorizar as frentes ribeirinhas, estando projetada também a “requalificação dos moinhos e da zona de Alburrica, a construção dos passadiços, a ligação contínua com o Polis e, também, a construção de uma ponte pedonal entre o Barreiro e o Seixal”.

Também deu que falar o projeto do novo aeroporto no Montijo. A rebelião das autarquias da Margem Sul contra esta infraestrutura que, segundo vários especialistas, teria impacto negativo em termos ambientais e na saúde das populações, provocou a tentação autoritária do governo português. O próprio ministro das Infraestruturas e da Habitação, Pedro Nuno Santos, afirmou que estaria a ponderar alterar o decreto-lei que faz depender a construção do aeroporto do Montijo dos pareceres das câmaras municipais potencialmente afectadas. Só quatro municípios se mostraram favoráveis ao novo aeroporto, entre eles o Barreiro. A Autoridade Nacional da Aviação Civil acabou por indeferir o pedido da ANA de apreciação prévia de viabilidade da construção da nova infraestrutura aeroportuária na sequência dos dois pareceres desfavoráveis de autarquias da região.

TRABALHO

CGTP-IN promove jornada de luta de quatro semanas



Central sindical quer “intensificar a ação reivindicativa e a luta nas empresas, locais de trabalho e serviços”.

A central sindical convocou uma ação de luta nacional e inter-sectorial, que decorrerá até ao próximo dia 15 de julho. “De acordo com as decisões do Conselho Nacional e do Plenário de Sindicatos, a CGTP-IN decidiu intensificar a ação reivindicativa e a luta nas empresas, locais de trabalho e serviços, realizando uma jornada de ação de luta que terá início no dia 21 de junho e durará até 15 de julho”, indicou, em comunicado, a intersindical.

Ao longo de quase um mês, os vários sindicatos filiados realizam greves, paralisações, plenários e ações de rua, sob o lema “Pelo aumento geral dos salários! Pelo emprego com direitos! Pela revogação das normas gravosas da legislação laboral!”.

Com esta jornada, a maior central sindical portuguesa pretende aumentar a dinâmica de reivindicações e processos de luta, particularmente centrados nos aumentos salariais, valorização das carreiras e profissões, da negociação da contratação colectiva, combate à precariedade, luta pela redução dos horários e rejeição da sua desregulamentação, melhoria das condições de trabalho, resposta aos problemas dos trabalhadores, insuficiência e desequilíbrio das medidas do Governo, defesa e reforço dos serviços públicos e das Funções Sociais do Estado, garantindo a valorização do trabalho e dos trabalhadores e o desenvolvimento do país.

A jornada arrancou na manhã de 21 de junho, no Porto, com os protestos dos profissionais de saúde, reivindicando o aumento de salários, que acusam de estarem estagnados. Em declarações ao Porto Canal, uma trabalhadora referiu a existência de categorias com níveis salariais muito próximas do salário mínimo nacional. Os trabalhadores alertam ainda para o aproveitamento da pandemia como justificação de recuos nas condições de trabalho.

Professores integram ação nacional

A Fenprof convocou um protesto que decorreu dia 25 de junho, na praça do Rossio, em Lisboa. A Federação

Nacional de Professores acusa o ministério da educação de estar, “há longo tempo”, a bloquear o processo negocial sobre várias matérias, tendo-se manifestado, então, contra o “insustentável bloqueio negocial” que os profissionais afirmam agravar a situação de professores e educadores. O protesto contou com uma “Feira dos problemas com soluções bloqueadas”, exposição que retratava “os problemas cujas soluções estão bloqueadas pela atitude antidemocrática do Ministério da Educação”, referiu a federação, em comunicado. Em causa estão problemas como a valorização da carreira docente, a estabilidade ou o “direito a uma aposentação digna e num tempo que tenha em consideração o desgaste físico e psicológico” dos docentes. Defendem, por isso, a necessidade urgente de garantir o rejuvenescimento do corpo docente das escolas. A federação sindical acusa ainda o ministério de não dialogar sobre os “abusos e ilegalidades” relativos aos horários de trabalho e à possível redução do número de alunos por turma. “Face ao arrastamento desta situação de bloqueio imposto pelo Governo e protagonizado por Tiago Brandão Rodrigues, cuja inércia leva a que se agravem os problemas, a Fenprof vai promover esta “Feira dos problemas com soluções bloqueadas”, justificou, em comunicado.

Para além da precariedade, marca distintiva da carreira docente, o corpo docente nacional está consideravelmente envelhecido, com quase metade dos docentes no ativo com mais de 50 anos, situação que se prevê vir a causar enormes carências docentes num futuro próximo.

Central sindical comemora meio século

A CGTP-IN celebra o seu cinquentenário e comemorá-lo-á com um conjunto de eventos, nomeadamente, uma exposição de artes plásticas, que decorrerá de 3 a 25 de Julho, na Sala do Risco, no Pateo da Galé, em Lisboa.

A VOZ dos livros



O Tempo das Giestas, de José Casanova

A prosa ficcional de José Casanova é atravessada, desde o seu magnífico romance de estreia *O Caminho das Aves*, por um caudal de paixões diversas e transmissíveis, que vai dos livros aos filmes, à música - popular e erudita - às ruas, aos cafés, à paisagem humana de Lisboa. Esse somatório de sinais - suficientes para tornar reconhecível um autor - desagua, em *ostinato rigore*, no largo delta da intervenção cívica, num discurso predominantemente político. Trata-se de um exercício intelectual de rigor e excelência, tendente a devolver ao político o estágio superior da dignidade e da cidadania.

Há na escrita de José Casanova uma apropriação do real, no amplo sentido do realismo de causas que, com o desassombro das revelações, nos remete para o lado mais opaco da opressão salazarista e que se não detém no traço grosso, no estereótipo do anedotizado, antes penetrando a raiz substantiva do regime, expondo, com clareza dialéctica, os mecanismos de classe que o sustentavam: a mórbida sordidez dos serventuários e dos discursos de suporte; os subterrâneos lodosos dos cárceres; a sociedade ignara; a violência; os ódios; os cercos opressivos que perpetuavam a usura e tentavam tornar lícita a cupidez e a mediocridade - modos de justificar a necessidade de um chefe, de “um cão de cego” pronto a guiar, à força de porrete, rebanho obrigado e submisso.

Construído em três registos temporalmente diversos, três universos ficcionais que se cruzam e complementam, *O Tempo das Giestas* percorre a nossa história comum, desde os anos 1930 até aos anos posteriores a Abril de 1974. Como já acontecia em *Aquela Noite de Natal*, o autor utiliza uma escrita fragmentada, narrando realidades paralelas, para nos contar a estória de Teresa que num dia de Abril decide ir à sede do PCP saber notícias de um rapaz, pelo qual se apaixonara em finais dos anos trinta (no período conturbado da “Revolta dos Marinheiros”) o qual, após um breve namoro perpassado de temores, desaparece sem deixar rasto. Quarenta anos volvidos, já em plena liberdade, com as cantigas de Fausto, do Sérgio Godinho, do Zeca a ecoarem pelas ruas da cidade, Teresa procura saber de Simão, o amante perdido. Ajudada por Marcos, um jovem militante comunista, Teresa parte em busca desse *amor de perdição* que ficara suspenso no peito e na memória durante décadas, sem que o tempo lhe destruísse a essência e o fulgor. Com Teresa partilhámos esses dias amargos, a brumosa paisagem dos anos trinta portugueses, os percursos dos amantes pela lugubridade das ruas de uma Lisboa vigiada e agreste, povoada pela tacanhez e pelo servilismo corrupto dos sevandijas.

O Tempo das Giestas é um notável romance, há nesta narrativa uma ética do optimismo, de quem se reconcilia com a vida e está de pé, lúcido e vigilante, com uma leveza esperança no futuro.

O Tempo das Giestas, de José Casanova – Edição *Página a Página*.

Domingos Lobo

SAÚDE



Propinas anuais ascenderão aos 17 mil euros.

Governo dá luz verde a medicina no ensino privado

Há vários anos que o SNS se debate com a falta de médicos enquanto escolas médicas recusam aumentar vagas. Agora, vai abrir um curso privado na Católica.

Em julho de 2019, Portugal era o terceiro país da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) com maior rácio de médicos per capita. Havia, então, 4,6 médicos por cada mil habitantes, o que colocava Portugal à frente de países como Alemanha e Reino Unido. Mas este dado referia-se ao número global de médicos. A trabalhar no Serviço Nacional de Saúde (SNS), havia apenas 2,8 médicos por cada mil habitantes, abaixo da média dos 28 países da União Europeia (3,6).

O Diário de Notícias noticiava nesse momento que o número de profissionais inscritos na Ordem dos Médicos se situava próximo dos 45 000, mas, de acordo com o Relatório Social do Ministério da Saúde (2017), apenas 28 609 médicos estavam a trabalhar no SNS em Portugal.

Em setembro de 2020, o concurso aberto pelo governo deixou mais de um terço das vagas para contratar médicos para o SNS por preencher. Apenas 908 das 1385 vagas abertas para contratar especialistas foram garantidas. O concurso previa 950 vagas para a área hospitalar e para saúde pública e 435 para medicina geral e familiar. Mais de um terço (37,6%) das vagas abertas para contratar médicos recém-especialistas nas áreas hospitalares e de saúde pública ficaram por preencher. Os dados são da Administração Central do Sistema de Saúde e foram avançados então pelo Público.

Com médicos a menos no SNS, as faculdades públicas de Medicina decidiram não aumentar as vagas disponíveis este ano. Atualmente, os cursos de Medi-

cina agregam 1441 lugares todos os anos no concurso nacional de acesso ao ensino superior. Apesar de o Governo permitir que os cursos procurados pelos melhores alunos cresçam até 15%, as escolas médicas entendem não ter condições para receber mais estudantes. Ao mesmo jornal, o presidente do Conselho de Escolas Médicas Portuguesas (CEMP) adiantou que “as condições se mantêm, a decisão também será no mesmo sentido” da do ano passado.

“Não há nenhum tipo de novidade que nos permita tomar uma decisão de outro tipo”, concorda o diretor da faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, Fausto Pinto. A CEMP salienta que o número de estudantes que as faculdades de Medicina recebem neste momento é “bem superior ao número de vagas” que os seus responsáveis entendem “adequadas”.

Os responsáveis das faculdades de Medicina esclarecem que, atualmente, já existem limitações dos estudantes no acesso às práticas clínicas durante a formação e tem vindo a aumentar o número de médicos que, uma vez concluído o curso, não conseguem acesso à especialidade. Fausto Pinto acrescenta, ainda, que “não há falta de médicos em Portugal”. Formar mais clínicos seria condená-los “ao desemprego ou a terem que emigrar”, entende.

Privados abrem curso de Medicina

A Faculdade de Medicina da Universidade Católica Portuguesa (UCP) abriu o processo de candidaturas até 31 de maio. É a primeira universidade privada a

lecionar um curso de medicina. A parceria do Grupo Luz Saúde com a Universidade de Maastricht vai resultar no primeiro curso em Portugal lecionado em inglês. As atividades letivas vão iniciar-se em setembro deste ano no campus de Sintra da UCP, junto ao Taguspark.

Apesar da luz verde do governo para a abertura deste curso no privado, o Conselho de Escolas Médicas Portuguesas (CEMP), que agrega representantes de oito instituições públicas, lamentou a aprovação deste curso na Universidade Católica, entidade privada, alegando que houve cedência “a forte pressão de agentes políticos” e alertou para problemas que “colocam em causa a qualidade do curso”.

Com a pandemia a pôr à prova um sistema público de saúde, para o qual muitos hospitais privados enviaram os seus doentes quando se espalhou o coronavírus por todo o país, são várias as unidades hospitalares e centros de saúde que reclamam mais profissionais de saúde. Sem uma estratégia de fixação de médicos no Serviço Nacional de Saúde, a Federação Nacional dos Médicos (FNAM) acusa há largos anos os sucessivos governos de não darem condições aos profissionais de saúde para trabalharem no público.

A falta de vagas preenchidas deve-se também à falta de perspetivas. “Isto vem provar que as condições oferecidas a estes médicos não são atrativas o suficiente”, defendeu Noel Carrilho, da Federação Nacional dos Médicos, ao Público. “É algo que deveria ser um objetivo a ter em conta pela tutela agora que são necessários ainda mais (médicos) com a pandemia e com aquilo que será uma necessidade agravada que foram os atrasos na assistência, nas consultas e nas cirurgias”. Para este dirigente sindical, “não só as condições para entrar no SNS são pouco atrativas, quando comparadas com condições dadas pelo privado ou mesmo as ofertas no estrangeiro, como a progressão na carreira de médico no SNS representa mais um fator para estes clínicos que acabam a especialização optarem por outras alternativas que vão para além do sistema de saúde público”.

AMÉRICA LATINA



Os confrontos agudizam-se em vários países da América Latina.

América latina em ebulição

Depois do recuo de forças progressistas, num breve ciclo neoliberal, os povos do continente enfrentam as políticas de direita, estimuladas pelos Estados Unidos e pela União Europeia.

Bruno Amaral de Carvalho

Imediatamente antes da pandemia, os protestos na América do Sul espalharam-se como pólvora. Do Chile à Colômbia e do Equador à Bolívia, o Peru foi um dos países que se somou à rebeldia popular.

No Chile, a resistência às políticas neoliberais enfrentou a violência do Estado e conseguiu, pela primeira vez, encetar um processo constituinte para substituir a atual constituição, ainda do tempo do ditador Augusto Pinochet. O comunista Daniel Jadue, presidente da Câmara Municipal de Recoleta, encabeça as sondagens para a presidência do país. Para além da trajetória dentro do Partido Comunista do Chile, começou a sua atividade política, bem jovem, na União Geral de Estudantes Palestinos. Neto de imigrantes que chegaram ao Chile vindos da Palestina ainda na primeira metade do século XX, chegou a militar na organização da Frente Popular de Libertação da Palestina naquele país da América austral.

Por sua vez, no Equador os protestos, sobretudo da população indígena contra medidas do FMI impostas pelo governo de Lenin Moreno, depois da tração a Rafael Correa, subiram de tom

e até puseram o candidato apoiado pelo ex-presidente equatoriano à frente na primeira volta. No segundo turno, a união de todas as forças contra Andrés Arauz deu a vitória ao banqueiro Guillermo Lasso.

Com características muito particulares, as mobilizações sociais na Bolívia aconteceram para defender Evo Morales contra um golpe de Estado encetado pela extrema-direita com o apoio dos militares e da Organização dos Estados Americanos (OEA). Só a resistência dos povos da Bolívia pôde impor a realização de eleições com o regresso da esquerda ao poder. Luis Arce é agora o novo presidente de um processo de transformação que pôs em causa as elites brancas num país profundamente indígena.

Também no Peru, as manifestações contra sucessivos presidentes acusados de corrupção resultaram numa eleição em que um incógnito candidato de esquerda ganhou as presidenciais. Num país em que a pandemia avançou descontroladamente como poucos no mundo, Pedro Carrillo enfrenta a tentativa da direita de impedir que seja reconhecido pelos tribunais como o vencedor do plebiscito. Keiko Fujimori, filha do ex-presidente Alberto Fujimori, responsável pela fascização do Estado peruano, por inúmeros casos de corrupção e exe-

ções extrajudiciais. Igualmente a braços com a justiça por corrupção, é agora a filha que tenta através de juízes e militares, depois de várias denúncias falsas sobre irregularidades em mesas de voto, que a esquerda não chegue ao governo.

Circo de feras na Colômbia

No dia 21 de junho, o horror voltou a bater à porta deste país da América do Sul. Primeiro apareceram dois pés decepados num canal de esgoto a céu aberto na cidade de Cali. Depois, um corpo da cintura para cima dentro de uma bolsa no meio de detritos. No mesmo dia, imagens de um cadáver a ser levado pela corrente do rio Cauca apareceram nas redes sociais quando não muito longe dali, em Tuluá, apareceu um saco de plástico preto numa praça. Dentro, tinha a cabeça do jovem Santiago Ochoa que terá desaparecido durante uma manifestação contra o Governo colombiano. Mas o terror e o cheiro a morte não deram descanso. Ao fim do dia, outro manifestante foi assassinado pela polícia nos arredores de Bogotá e um líder sindical anunciou que abandonava o país depois de várias ameaças de morte.

No dia em que o número de mortes devido à covid-19 ultrapassou as 100

mil pessoas, houve quem questionasse a preocupação do governo com a pandemia quando há opositores assassinados praticamente todos os dias. Partes de corpos de opositores estão a aparecer em vários pontos do país. O assassinato através de motosserra é prática comum de paramilitares, polícias e soldados num país em que as execuções extrajudiciais fazem parte do dia-a-dia.

Com uma luta sem precedentes nas ruas da Colômbia, milhares de jovens ocupam as ruas e reclamam o fim da violência de Estado e direitos sociais. A um ano das eleições presidenciais a tensão é palpável. Depois das vagas de protestos que resultaram na eleição de um Presidente de esquerda no Peru e na possível vitória de um candidato de esquerda no Chile, a direita teme o efeito dominó.

Em 2017, as FARC entregaram as armas depois de um acordo de paz que não foi cumprido. Desde então, já foram assassinados mais de 200 ex-guerrilheiros. Mulheres e homens que acreditaram na palavra do Governo e que acabaram sepultados pela violência.

Agora, após 50 dias de protestos, o regime colombiano já matou meia centena de manifestantes. Organizações como a Human Rights Watch relatam que há ainda 84 pessoas cujo paradeiro é desconhecido e 2 mil feridos. As acusações de abusos policiais chamaram a atenção da comunidade internacional e a Comissão Interamericana dos Direitos Humanos realizou uma visita, cujas conclusões ainda se aguardam. O Governo assegura que os abusos foram casos isolados e não uma prática sistemática. Mas a realidade demonstra o contrário.

A última metade do século XX e as primeiras décadas deste mostram que a violência estatal está absolutamente normalizada. Segundo o El País, 8 mil colombianos terão sido assassinados durante os governos de Alvaro Uribe, entre 2002 e 2010. Os dados são “especialmente incríveis” se comparados com o número de assassinados e desaparecidos durante a ditadura de Pinochet. No Chile, em 17 anos, foram executadas 3200 pessoas.

Apesar de a Colômbia ser vista pela grande parte dos países do mundo como tendo um regime democrático, entre 1988 e 1990, só do partido União Patriótica, foram assassinados dois candidatos presidenciais, 5 deputados, 11 deputados regionais, 8 presidentes de câmara e 109 vereadores. No total, 4153 militantes assassinados.

Em apenas cinco anos, desde 2016, pelo menos 904 líderes sociais e 276 ex-combatentes das FARC foram mortos, de acordo com um relatório da Jurisdição Especial para a Paz (JEP).

MÚSICA



O mítico Blue foi o 4.º álbum da cantautora canadiana.

As viagens de Joni, 50 anos de Blue

Jorge Carvalho

Se a ideia dos discos, enquanto objetos com coerência artística, perdeu hoje importância e as singularidades vendidas pela indústria da música são mais de âmbito estético, de modo a valorizar o objeto físico que ain-

da resiste como mercadoria no tempo do digital, as efemérides podem servir para valorizarmos, antes, a criação artística na música. Assinalar aniversários de discos acaba por ser como desenhar um mapa da cultura popular e de todas as maravilhas que ela nos deu até agora, das viagens que fomos fazendo com esses discos, das histórias que eles nos vão contando e da

forma como essas histórias passam a ser nossas, como as acolhemos e relacionamos com o nosso quotidiano. Há discos que, por isso, têm um papel crucial até na compreensão da sua época ou na compreensão daquilo que não obedece ao tempo e ao espaço.

Há 50 anos, a 22 de junho de 1971, Joni Mitchell lançava o seu quarto álbum, que os melómanos acolheram imediatamente como uma obra maior. Na verdade, Mitchell gozava, à época, de um prestígio que já saía do nicho aborrecido dos baladeiros que ao longo da costa oeste dos EUA entediavam o mundo. E o que Joni tinha de especial está sintetizado em Blue: um conjunto de histórias que se cruzam e se materializam muito para além dos poemas que as contam. Em Blue tudo é dilema e dicotomia, tudo é um diálogo constante entre o tangível e o intangível, e tudo isso assume formas diferentes, que aparentemente nunca se tocam, como o piano e a guitarra que, em momento algum, se encontram em todo o disco. A escolha instrumental é, aliás, uma demonstração do génio de Joni: onde há viagem para dentro há um piano íntimo e onde há estrada e céu e mar ela confia no metal das cordas das guitarras para sugerir o movimento, a descoberta e a maravilha. Este jogo vai-se intercalando, orientando os nossos sentidos, provocando o inevitável entendimento da viagem que nos é proposta, entre o *blue* melancólico e o *blue* mediterrânico que encontrou nas ilhas gregas e onde se apaixonou de copo na mão. Ao mesmo tempo, enquanto admira esse azul do mar, pensa em casa, nos encontros e desencontros, saltando de uma nuvem de contemplação para uma outra onde a angústia espreita.

Mas, em Mitchell, nenhuma angústia é demasiado dramática, nada é fatal. As viagens terminam, o bronzeado vai desaparecendo dos ombros, assim como as paixões de verão, e o que fica são as rugas que nos devolvem ao nosso caminho com toda essa aprendizagem, com essa persistência em continuar um caminho que é só nosso. Blue não é, por isso, um disco sobre uma melancolia óbvia e idealista, é um disco sobre tatuagens - como a própria escreve - e sobre construção. É essa a grande viagem - a nossa, a dela e a nossa com ela.

Sugestões culturais

No país do silêncio

Rita Cruz



Na alvorada dos anos sessenta, em Portugal, numa pequena vila da Beira, uma criança é vítima de um incidente violento, um padre é assombrado pelo passado, uma professora refugia-se numa mentira e um homem é esmagado ao desafiar um regime que não nasceu para ser desafiado. O princípio de uma viagem por um país pobre e amordaçado e pelas vidas que, dentro dele, lutam por manter a humanidade num mundo hostil.

O peculiar crime do estranho sr. Jacinto

Museu da Marioneta



O festival MONSTRA junta-se ao Museu da Marioneta para apresentar uma exposição de materiais usados na realização do filme, em stop-motion. Ruas, "largos" e "fachadas" de uma Lisboa miniaturizada, construídas especificamente para cenários do filme, espaços interiores e exteriores (paredes, corredores, quartos), combinados com marionetas/personagens, saltam do ecrã para materializar a construção do filme.

Festival de Jazz

Instituto Goethe



Após um silêncio de quase dois anos, o festival europeu de jazz JiGG - Jazz im Goethe-Garten regressa ao jardim do Goethe-Institut (Lisboa). Do programa, fazem parte bandas como Paisel (Portugal), o trio Carlos Bica, Daniel Erdmann e DJ Illvibe (Alemanha), Weir Box (Itália), Schnellertollermeier (Suíça) e Woody Black 4 (Áustria). De 7 a 16 de Julho.

Casa das Imagens Lauro António

Setúbal



Biblioteca, mediateca e arquivo, abriu em maio e acolhe o espólio do cineasta e crítico de cinema. Conta com publicações de cinema e audiovisuais, assim como de banda desenhada e cartoons e revistas especializadas de cinematografia. Entre as várias peças expostas, contam-se a placa exterior do Cinema Condes, textos originais, o tripé utilizado na rodagem do filme "Manhã Submersa" entre muitos outros que narram uma história do cinema.

SAÚDE MENTAL



A transição para o ensino à distância gerou stress e cansaço.

Para um novo ano lectivo (pouco) normal

Edite Queiroz, psicóloga

A COVID-19 tem representado um enorme desafio para todos, sendo a comunidade estudantil globalmente identificada como um dos grupos em maior risco do ponto de vista da saúde psicológica. Esta fase da vida, marcada por uma maior necessidade de contacto social com pares, associa-se a um processo de formação de identidade, pelo que o isolamento imposto pelo confinamento e fecho das escolas se traduziu num sentimento de vida suspensa. As instituições de ensino, espaços de promoção de aprendizagem, desenvolvimento, relação e cidadania, viram o seu papel coarctado em muitas dimensões e tiveram de instituir mudanças súbitas com amplos efeitos em todos os elementos da comunidade educativa (pais, alunos, professores e funcionários). Naturalmente, os efeitos de ano e meio de pandemia são vastos e não se limitam a questões desenvolvimentais, relacionais, de aprendizagem e desempenho. Incluem sentimentos de medo, solidão e angústia que podem evoluir para estados mais graves de sofrimento psicológico, ansiedade, depressão, sono e outros problemas de saúde psicológica que sobreviverão à COVID-19. Em particular, a transição para o ensino à distância gerou stress e cansaço, para além de um aumento muito significativo do tempo *online*. Todos estes problemas têm efeitos na motivação e desempenho, podendo comprometer o percurso académico ou levar ao abandono.

Os estudantes do ensino superior parecem ter sido particularmente afectados. A transição para o ensino superior é sempre difícil, pautada por grandes exigências e tarefas desenvolvimentais específicas (a saída de casa dos pais, a mudança de cidade, a formação de novos vínculos, etc.) associadas a níveis elevados de incerteza face ao percurso académico, vida social e futuro. Nos últimos anos, a prevalência de problemas de saúde psicológica em estudantes universitários portugueses tem vindo a crescer. Cerca de 17% apresenta sintomatologia depressiva e problemas relacionados com baixa au-

to-estima, alterações de humor, questões relacionais e dificuldades académicas (métodos de estudo, ansiedade aos exames, etc.). A estes, a pandemia impôs desafios acrescidos, do ponto de vista social (distanciamento das redes de suporte, diminuição da possibilidade de socialização) e académico (adaptação a novos meios e metodologias). Este quadro transformou, por completo, a *experiência académica*. Um inquérito realizado pelas Associações e Federações Académicas mostrou que cerca de 55% dos estudantes do ensino superior enfrentou ou enfrenta problemas de saúde psicológica relacionados com a pandemia, com consequências negativas no desempenho (38%) e necessidade de medicação (28%). Um dado preocupante prende-se com a baixa percentagem (apenas 17%) que procurou apoio psicológico, sendo que a maioria não conhece as soluções disponíveis ou não tem recursos económicos para lhes aceder. Este cenário, aliado à perda de rendimentos das famílias, pode traduzir-se no aumento dos números do abandono, na

agudização das desigualdades de acesso ao ensino superior e no aumento da prevalência de problemas de saúde psicológica nesta população – que, conseqüentemente, aumentam a probabilidade de os manter ou desenvolver na vida adulta. O profundo impacto da pandemia na população estudantil volta a sublinhar a urgência de reforçar as respostas em cuidados de saúde psicológica, quer no SNS, quer nas instituições de ensino.

Persistindo a incerteza sobre a evolução da situação, é imprescindível preparar o próximo ano lectivo dotando as instituições de ensino de mecanismos e estratégias para enfrentar os efeitos da pandemia, recuperar aprendizagens e garantir o acompanhamento e apoio psicológico aos estudantes, nomeadamente através do reforço da presença de psicólogos nos gabinetes de apoio e serviços de psicologia. O papel dos psicólogos é essencial na acomodação das metodologias que, expectavelmente, ser irão manter. Entendendo-se a necessidade de as flexibilizar para possibilitar a adaptação a possíveis situações de crise, é preciso considerar que as plataformas digitais não substituem a interacção estudantes-professores. Os estudos portugueses têm ainda mostrado a importância do apoio de pares na promoção da integração e apoio psico-emocional, e como tal, o ensino à distância deve ser conjugado com um regime presencial como garantia do sucesso das aprendizagens e do desenvolvimento individual e social saudável. Os modelos mistos serão os que permitirão assegurar esta adaptabilidade, mas apresentam desafios que os psicológicos podem ajudar a enfrentar, como a necessidade de desenvolver competências sócio-emocionais (flexibilidade, tolerância ao stress, competência social, auto-eficácia ou capacidade de regulação) e competências digitais específicas. Estas funcionarão como factores de protecção do impacto de resultados negativos e de promoção do bem-estar psicológico. As intervenções de promoção da saúde psicológica dirigidas a estudantes podem também ajustadas para professores e não docentes, contribuindo para o desenvolvimento saudável e integral e o bem-estar das comunidades educativas. Em suma, a intervenção dos psicólogos tem resultados positivos e custo-efectivos documentados e pode ser implementada a níveis diversos (promocional, preventivo ou remediativo), com vista à promoção de um ambiente facilitador da aprendizagem, da promoção de capacidades e competências e do desenvolvimento relações saudáveis, num contexto novo e que veio para ficar. O seu contributo é tão necessário quanto indispensável.

INSTITUCIONAL

ATL DE VERÃO
 espaço educativo da Graça - 12/7 a 3/9
 ar livre • desporto • artes • praia • coletivo

+ INFO
 secretaria@vozoperario.pt | 21 886 2155

A VOZ DO OPERÁRIO